



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001962-93.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Administração Predial - SEAP

ASSUNTO: Dispensa de licitação – Contratação de empresa especializada - Prestação de serviços de dedetização e desratização, com fornecimento de mão de obra e material necessário ao serviço para o exercício de 2024.

**DESPACHO Nº 1439 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Administração Predial – SEAP ([1071891](#)), visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de dedetização e desratização, com fornecimento de mão de obra e material (equipamentos, ferramentas, utensílios e material de consumo) em ambientes internos e externos nos prédios da Justiça Eleitoral em Porto Velho/RO, para o período de 01/01/2024 a 31/12/2024, com contornos iniciais definidos no Documento de Formalização de Demanda - DFD juntado no evento [1071892](#).

O Secretário da SAOFC, mediante Despacho n. 2458/2023 ([1072693](#)), analisou que, de acordo com as justificativas apontadas no DFD, a contratação **não exigirá** a instituição de Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, bem como a elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Riscos. Assim, com fundamento no § 3º da IN TRE-RO nº 9/2022, encaminhou o processo à SEAP para elaboração do Termo de Referência, realização de pesquisa de preços e elaboração da Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC.

Em atendimento ao referido despacho e instrução do feito, foram juntados os seguintes documentos ao processo: **a)** Documento de Formalização da Demanda ([1071892](#)); **b)** Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação direta ([1080506](#)); **c)** Termo de Referência n. 28/2023-SEAP ([1084037](#)), que reproduz as regras da contratação direta, com dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021. Descreveu, ainda, o objeto e seus complementos, justificou a necessidade da contratação, descreveu a conformidade com o planejamento estratégico, aderência ao planejamento orçamentário, condições de habilitação, da gestão e fiscalização e sanções administrativas.

Realizada a Cotação de Preços no mercado local, 4 (quatro) empresas apresentaram propostas e demonstraram condições de habilitação,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sendo vencedora a empresa IMUNIZADORA PROTEGE COMERCIO E SERVIÇOS LIMITADA, CNPJ n. 11.609.533/0001-91 ([1074619](#)), ofertante do menor preço de R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais), que também comprovou os requisitos de habilitação Técnica ([1074621](#) e [1084036](#)), indicação da marca do produto ([1081302](#)) e as condições mínimas para contratar com a Administração Pública ([1083835](#) e [1075134](#)).

Na sequência, a SAOFC encaminhou o feito, concomitantemente: à SAC, para análise dos documentos da etapa de planejamento da contratação; à COFC, para programação orçamentária; à SECONT, para elaboração da minuta de instrumento contratual; e, por fim, à AJSAOFC, para emissão de parecer jurídico ([1075357](#)).

A Seção de Apoio às Contratações - SAC, após diligências, manifestou-se pela regularidade da FASE DE PLANEJAMENTO, constituída pelo DOCUMENTO FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD) - evento [1076311](#), pela PESQUISA DE PREÇOS - ICVEC (evento [1080506](#)) e pelo TERMO DE REFERÊNCIA (TR) Nº 28/2023 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP (evento [1084037](#)), complementado pela cotação juntada no evento ([1074619](#)) e documentos de habilitação, encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, para contratação direta por dispensa de licitação ([1084073](#)).

A COFC, através da Informação n. 225/2023 ([1084603](#)), reportou que, devido tratar-se de contratação com previsão de execução de despesas no exercício financeiro de 2024, não é possível a programação e consequente reserva orçamentária neste exercício financeiro, dos valores a serem executados em 2024, por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2024 e da abertura do exercício 2024 com a consequente disponibilização dos créditos aprovados na LOA 2024, no SIAFI, pela Secretaria de Orçamento de Federal - SOF/ME. Em complemento, registra que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2024 tramita no processo nº [0003707-45.2022.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado, destinado a despesas com o objeto desta contratação.

A SECONT, por sua vez, informa que, de acordo com o que consta no item 8.3.3 do Termo de Referência supramencionado, "Na forma do art. 95 da Lei n. 14.133/2021, o contrato será substituído por nota de empenho (art. 95, II, Lei 14.133/2021)", motivo pelo qual não será



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

possível atender a determinação mencionada anteriormente (Informação n. 33/2023 - [1085554](#)).

A AJSAOFC, por meio do Parecer Jurídico nº 263/2023 ([1086479](#)), concluiu pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, previstos no art. 72 da Lei nº 14.133/2021 e nas disposições da Instrução Normativa TRE-RO nº 9/2022, motivo pelo qual opinou: pela possibilidade jurídica da contratação, por meio de dispensa de licitação, com fundamento no inciso II, art. 75, da Lei nº 14.133/2021, dos serviços especificados no objeto do termo de referência citado, diretamente com a empresa IMUNIZADORA PROTEGE COMERCIO E SERVIÇOS LIMITADA, CNPJ n. 11.609.533/0001-91, vencedora da cotação de preços, no valor de R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais) e que comprovou os requisitos de habilitação técnica ([1074621](#) e [1084036](#)), indicação da marca do produto ([1081302](#)) e as condições mínimas para contratar com a Administração Pública ([1083835](#) e [1075134](#)). Orienta ao GABSAOFC que inclua os valores desta contratação - caso ocorrida - no quadro de controle de fracionamento de despesas de 2024.

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de dispensa de licitação tradicional e manifestou-se pela **aprovação dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação**, quais sejam: o Documento de Formalização da Demanda - DFD ([1071892](#)) e Termo de Referência ([1075158](#)), na forma do item 15 do Anexo VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, pela autoridade competente, com fundamento no inciso **I do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos)**; pela autorização da despesa de forma direta por dispensa de licitação, com fulcro no inciso **VIII do art. 72 c/c art. 75, inc. II, da Lei. nº 14.133/2021**; pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado ([1080506](#)); pela **contratação direta da empresa e emissão de nota de empenho** em favor da empresa **IMUNIZADORA PROTEGE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**, CNPJ n. 11.609.533/0001-91, vencedora da menor cotação de preços para a prestação total dos serviços ([1074619](#)), no valor total de R\$ **6.900,00** (seis mil e novecentos reais), por dispensa de licitação, em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo **art. 75, inciso II, da Lei. nº 14.133/2021**, observada a comprovação dos requisitos de habilitação técnica ([1074621](#)), bem como indicada a marca dos produtos a serem utilizados ([1081303](#) e [1081302](#)); e publicação do ato de dispensa no DJE, em respeito ao princípio da publicidade e em consonância com o **parágrafo único do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021**, do **Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário**, bem como do ato



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

autorizativo da contratação direta em sítio eletrônico oficial do TRE-RO a fim de propiciar a divulgação e disposição ao público em geral, na forma do [parágrafo único do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021](#), além da regular publicação/replicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (Manifestação n. 498/2023-GABSAOFC - [1088258](#)).

Vieram os autos para apreciação, nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que o presente pedido de contratação foi elaborado pelas regras do regime jurídico da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicável a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO n. 9, de 11/10/2022, publicada no DJE TRE-RO n. 250, de 05/09/2022 e de observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022 ([0934832](#)).

Conforme relatado, a SEAP pleiteou a presente contratação, que tem como finalidade a prevenção e controle de vetores, insetos, parasitas e roedores que possam ameaçar a saúde e a higiene nas instalações da Justiça Eleitoral em Porto Velho, RO. Com a proximidade do término do contrato vigente em 2023 e devido às recorrentes manifestações de insetos e roedores, é imperativo realizar novas aplicações ao longo de 2024 para evitar possíveis impactos na saúde dos servidores e usuários. Esses serviços são essenciais para manter um ambiente de trabalho saudável e prevenir doenças, demonstrando o compromisso da Administração Pública com a integridade do patrimônio e a saúde de seus servidores, magistrados e demais usuários.

Assim, o caso em análise não busca a realização de um certame licitatório de maior complexidade. Trata-se de contratação direta, por dispensa de licitação, **em razão do valor**. Para hipóteses tais como esta, a **Lei n. 14.133/2021**, nos termos do inciso II do artigo 75, assim estabelece:

**Art. 75.** É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

...

Ademais, denota-se que a unidade demandante utilizou-se da via da cotação direta aos fornecedores potenciais, procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021)**. Isso porque a possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A esse respeito, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme ao indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.

Além disso, os documentos juntados ao processo atestam a regularidade das 4 (quatro) cotantes ([1080506](#)), sagrando-se vencedora a empresa IMUNIZADORA PROTEGE COMERCIO E SERVIÇOS LIMITADA, CNPJ n. 11.609.533/0001-91, vencedora da cotação de preços, no valor de R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais) e que comprovou os requisitos de habilitação técnica ([1074621](#) e [1084036](#)), indicação da marca do produto ([1081302](#)) e as condições mínimas para contratar com a Administração Pública ([1083835](#) e [1075134](#)).

Por tal motivo, demonstrado o cumprimento dos dois requisitos legais (**justificativa do preço e a razão da escolha do fornecedor**) a referida contratação pode ser enquadrada na situação de dispensa de licitação em razão do valor, prevista no art. 75, II, da Lei n. 10.133/2021, atualmente no patamar de R\$ 57.208,30 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta centavos), na forma do Decreto Federal n. 11.317/2022.

Em razão disso, é possível concluir pela adequação legal do procedimento de estimativa da despesa ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

No caso em análise, verifica-se que a unidade demandante cuidou de inserir no TR todos os elementos tidos como essenciais, haja vista que alguns deles são dispensáveis, exigidos apenas para determinados objetos ou em função da sua complexidade.

Não obstante, estão presentes os documentos obrigatórios da fase de planejamento das contratações diretas: a) Documento de Formalização da Demanda/Solicitação da Contratação ([1071892](#)); b) Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação direta ([1080506](#)); e c) Termo de Referência ([1084037](#)). A AJSAOFC concluiu pela adequação legal de todos esses documentos ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria TRE-RO n. 66/2018:

**1 - Aprovo o Termo de Referência n. 28/2023-SEAP ([1084037](#))**, uma vez que possui os elementos mínimos





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2021 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022, bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento nos termos do item do 15 do anexo VIII da IN n. 9/2022;

**2 - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva do evento [1080506](#)**, em cumprimento ao item 40 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015 (atualizado pela Portaria CNJ n. 57/2023) e ao Acórdão TCU n. 2622/2015-Plenário;

**3 - Autorizo a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação, em razão do valor, com fundamento no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021;**

**4 - Adjudico o objeto à empresa IMUNIZADORA PROTEGE COMERCIO E SERVIÇOS LIMITADA, CNPJ n. 11.609.533/0001-91, e autorizo a emissão da Nota de Empenho no valor total de R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais), em seu favor;**

**5 - Determino a divulgação do extrato da nota de empenho, juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, nos termos do item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022; e**

**6 - Determino a observância da orientação constante do item 28, II, do Parecer Jurídico nº 263/2023 ([1086479](#)), a fim de que o GABSAOFC inclua os valores desta contratação no quadro de controle de fracionamento de despesas de 2024.**

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 15/12/2023, às 12:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1090444** e o código CRC **2D939BD0**.